

**Do silenciamento à denúncia: o rap de Djonga na luta antirracista**

Vitor Hugo Dambroski Bueno de Araujo, Psicologia, Centro Universitário Integrado, Brasil

Felipe Augusto Petreca, Psicologia, Centro Universitário Integrado, Brasil,  
felipeaugusto.petreca@grupointegrado.br

**INTRODUÇÃO**

A história do Brasil é marcada por profundas desigualdades sociais que se enraizaram ao longo do tempo, afetando diretamente a população negra. Nesse contexto, o racismo estrutural ocupa um papel central, uma vez que não se limita a ações isoladas, mas se manifesta de forma sistêmica nas instituições, nas relações sociais e nas práticas cotidianas (Oliveira, 2021).

Para compreender esse fenômeno, é fundamental considerar os processos históricos de colonização, escravização e exclusão social que estruturaram a sociedade brasileira, bem como seus desdobramentos na contemporaneidade, especialmente no que se refere às desigualdades no acesso à educação, ao trabalho, à saúde e à moradia. Diante desse cenário, a cultura negra emerge como importante ferramenta de resistência, destacando-se, entre outras expressões artísticas periféricas, o rap como um dos principais meios de denúncia social e fortalecimento identitário.

Nesse contexto, Djonga se destaca como uma das principais vozes do rap brasileiro contemporâneo, cujas produções artísticas são marcadas por uma abordagem crítica do racismo estrutural, articulando elementos históricos, políticos e identitários em suas composições. Por meio de suas músicas, o artista constrói narrativas que denunciam desigualdades e contribuem para o fortalecimento da identidade negra.

Com isso, este trabalho tem como objetivo geral analisar, a partir das músicas de Djonga, de que maneira o rap contribui para o fortalecimento identitário da população negra e para o enfrentamento do racismo estrutural. Como objetivos específicos, busca-se compreender o conceito de resistência no contexto das relações raciais, identificar de que forma o rap se caracteriza como instrumento de resistência e denúncia social, analisar como as músicas de Djonga promovem a valorização da identidade negra e a conscientização acerca do racismo e das desigualdades sociais.

Por fim, este trabalho se justifica pela relevância social e acadêmica da discussão acerca do racismo estrutural no Brasil, uma vez que esse fenômeno impacta diretamente a construção de identidades, subjetividades e condições de vida da população negra. Nesse sentido, compreender suas manifestações na

contemporaneidade torna-se fundamental para o enfrentamento das desigualdades raciais, e com esse objetivo, a análise de manifestações culturais, como o rap, mostra-se pertinente, na medida em que essas produções expressam vivências, denunciam opressões e contribuem para a construção de uma consciência crítica. Assim, ao analisar a produção artística de Djonga, este estudo busca ampliar o debate sobre o racismo estrutural, evidenciando o papel da música como instrumento de resistência, conscientização e transformação social.

## **MÉTODO**

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, onde foram utilizados livros, artigos científicos e produções acadêmicas que abordam o racismo estrutural, a cultura negra e o rap como ferramenta sociopolítica. Além disso, realizou-se a análise de letras musicais do rapper Djonga, selecionadas por sua relevância temática para a discussão do racismo estrutural e da identidade negra. A análise ocorreu por meio da interpretação dos elementos discursivos, simbólicos e sociais presentes nas composições, buscando identificar categorias como denúncia do racismo, valorização da identidade negra e construção de resistência.

## **REVISÃO DE LITERATURA**

A compreensão do racismo no Brasil exige uma análise que ultrapasse a dimensão individual e alcance os processos históricos e estruturais que sustentam as desigualdades raciais, e por isso, o conceito de racismo estrutural torna-se fundamental, pois evidencia que o racismo não se limita a atitudes isoladas, mas constitui um sistema que organiza a sociedade e distribui privilégios e desvantagens com base na “raça” (Almeida; Ribeiro, 2019).

Historicamente, a formação social brasileira foi profundamente marcada pelo período escravocrata, no qual milhões de pessoas negras foram desumanizadas e violentadas por séculos. Destaca-se que, de acordo com Pinsky (2010), a população escravizada não se manteve passiva diante desse sistema, mas desenvolveu diversas formas de resistência, como fugas, revoltas, preservação cultural e organização coletiva, fato que não pode ser ignorado, nesse sentido a resistência histórica é fundamental para compreender as bases da cultura negra contemporânea, que se mantém como espaço de enfrentamento às opressões.

Mesmo após a abolição da escravização, as estruturas de desigualdade permaneceram ativas, afinal a colonialidade do poder perpetuou hierarquias raciais que continuam a influenciar as relações sociais, econômicas e políticas que seguem regendo a sociedade brasileira até a atualidade, já que no Brasil, esse processo foi reforçado por teorias racistas importadas da Europa e por políticas de embranquecimento da população, consolidando um modelo de sociedade excludente (Conselho Federal de Psicologia, 2017).

Almeida e Ribeiro (2019) destacam que o racismo estrutural se manifesta por meio das instituições, como a precarização do sistema educacional, o mercado de trabalho excludente e na atuação do sistema de justiça como mecanismo de manutenção das desigualdades sociais. À luz disso, o Observatório Nacional dos Direitos Humanos (2025), evidencia que, no 2º semestre de 2024, o número da população carcerária no Brasil atingiu 909.594 pessoas, das quais 69% se autodeclararam negras e com baixa escolaridade. Nesse sentido, a denúncia do racismo estrutural também aparece na música Olho de Tigre, de Djonga (2017), ao cantar que “Um boy branco me pediu um high five // Confundi com um Heil, Hitler // Quem tem minha cor é ladrão // Quem tem a cor de Eric Clapton é cleptomaniaco...”. Observa-se, ainda, a crítica ao encarceramento provisório no Brasil, uma vez que, de acordo com o Observatório Nacional dos Direitos Humanos (2025), 214.474 pessoas permanecem presas aguardando julgamento, correspondendo a cerca de 23,7% da população carcerária. Esses dados indicam que a suspeita criminal recai de forma desproporcional sobre a população negra, que é frequentemente presa e mantida no cárcere antes mesmo da condenação, explicitando a persistência das desigualdades raciais no Brasil e a posição estruturalmente de vulnerabilidade dessa população.

Ao final do trecho anteriormente citado, quando se trata da população branca representada pela “cor de Eric Clapton”, a prática de crimes tende a ser interpretada sob justificativas individualizantes e patologizantes, pois no trecho, aparece na referência à cleptomania, transtorno psiquiátrico caracterizado pela dificuldade de controlar o impulso de furtar objetos (American Psychiatric Association, 2014). A crítica evidencia que, enquanto a população negra é associada à criminalidade de forma automática, indivíduos brancos frequentemente têm seus atos explicados por categorias científicas ou clínicas, deslocando a responsabilização moral e social.

Diante desse cenário, torna-se necessário aprofundar o conceito de resistência que orienta este trabalho. De acordo com Almeida e Ribeiro (2019), a resistência pode ser entendida como um conjunto de práticas que enfrentam e tensionam estruturas de dominação, não se restringindo a ações diretas, mas incluindo manifestações simbólicas, em que a produção de significados que desafiam estigmas historicamente associados à população negra; culturais, que dizem respeito à valorização de expressões como a música, a linguagem e os costumes, que reafirmam identidades; e discursivas, que envolvem a construção de narrativas que questionam e confrontam discursos hegemônicos, como é possível observar na música Junho de 94, de Djonga (2018): “Tive que ouvir que eu tava errado por falar pro cês // Que seu povo me lembra Hitler // Carregam tradições escravocratas // E não aguentam ver um preto líder // Eu devolvi a autoestima pra minha gente // Isso que é ser hip-hop”.

De acordo com Ferreira e Souza (2020), a luta da população negra envolve a reconstrução da subjetividade e a afirmação da identidade frente aos processos históricos de desumanização, por isso, resistir implica também produzir novos sentidos e formas de existência que desafiem a lógica dominante, com isso, a cultura emerge como um campo privilegiado de resistência. Ainda nesse caminho, Djonga, na música O Mundo é Nosso (2017), busca recuperar a autoestima e a valorização da cultura e população negra, ao cantar “Sou da sua raça, mano // é a nossa vitória // já foram farsa, vamo // contar nossa história // quilombos, favelas,

no futuro seremos reis, Charles // Seremos a negra mais linda desse baile, charme // a negra mais velha sábia, crianças a chave. Assim, é nesse ponto que se insere o conceito de arte engajada, compreendida como uma produção artística que possui intencionalidade política e social, buscando não apenas representar a realidade, mas também questioná-la e transformá-la. Trata-se de uma forma de expressão que se posiciona criticamente diante das desigualdades, atuando como instrumento de resistência ao racismo estrutural (Petreca, 2023).

Nesse contexto, a cultura emerge como um campo fundamental de resistência às opressões sofridas, pois de acordo com Almeida e Ribeiro (2019), a produção cultural negra desempenha um papel essencial na construção da identidade e no fortalecimento da autoestima da população negra, funcionando como instrumento de enfrentamento ao racismo. Neste sentido, a arte não se limita ao entretenimento, mas assume uma dimensão política e transformadora.

Dentre as diversas expressividades artísticas da população negra, o rap, como elemento da cultura hip-hop, insere-se nesse cenário como uma das principais formas de manifestação artística da periferia. Surgido nos Estados Unidos na década de 1970, o rap foi incorporado ao contexto brasileiro a partir dos anos 1980, passando por um processo de resignificação que incorporou as especificidades sociais e raciais do país (Montemazzo, 2018). No contexto brasileiro, o gênero consolidou-se como uma ferramenta de denúncia das desigualdades sociais, da violência policial e do racismo, como pode ser percebido na música HAT-TRICK, de Djonga (2019), quando o rapper relata que “Desde pequeno geral te aponta o dedo // No olhar da madame eu consigo sentir o medo // Cê cresce achando que cê é pior que eles // Irmão, quem te roubou te chama de ladrão desde cedo”.

De acordo com Petreca (2023), o rap brasileiro se caracteriza por sua forte dimensão coletiva e por sua ligação com os territórios periféricos, funcionando como espaço de construção de identidade e de mobilização política, o que se mostra benéfico, pois as letras das músicas frequentemente abordam experiências vividas por populações marginalizadas, contribuindo para a produção de uma narrativa alternativa àquela veiculada pelos meios de comunicação tradicionais. Além disso, o rap também atua como um mecanismo de preservação da memória histórica, afinal ao narrar vivências e denunciar injustiças, os artistas constroem uma historiografia própria, que desafia o apagamento das experiências da população negra e esse processo é fundamental para a construção de uma consciência crítica e para o fortalecimento das lutas sociais.

Outro aspecto relevante é a forma como Djonga contribui para a reconstrução da identidade negra, afinal, ao valorizar a negritude e resgatar referências históricas e culturais, o artista promove o fortalecimento da autoestima coletiva, contrapondo-se aos discursos que historicamente inferiorizam a população negra. Esse processo é fundamental para o enfrentamento do racismo. Dessa forma, a produção artística de Djonga pode ser compreendida como uma prática contra-hegemônica, que desafia as estruturas de poder e contribui para a construção de novas formas de representação, por isso, sua obra deixa claro que o rap não é apenas um gênero musical, mas um instrumento de resistência, denúncia e transformação social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das músicas de Djonga evidencia a presença recorrente de três eixos principais: a denúncia da seletividade racial, a valorização da identidade negra e a construção da resistência cultural. Por meio dessas dimensões, o artista transforma experiências marcadas pelo racismo estrutural em narrativas que problematizam a criminalização da população negra, o encarceramento seletivo e as desigualdades sociais. Nesse sentido, suas composições evidenciam como o rap atua como espaço de denúncia e de enfrentamento às estruturas de poder que historicamente marginalizam a população negra.

A partir dessas discussões, compreende-se que o racismo estrutural constitui um elemento organizador da sociedade brasileira, manifestando-se nas instituições e nas relações sociais. Desse modo, a obra de Djonga ultrapassa a dimensão do entretenimento e assume caráter político e contra-hegemônico, contribuindo para a valorização da identidade negra, para a produção de novas narrativas e para o fortalecimento da luta antirracista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Negritude. Rap. Racismo estrutural. Resistência. Djonga.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de; RIBEIRO, Djamila (coord.). **Racismo estrutural: feminismos plurais**. São Paulo: Pólen, 2019.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais**: referências técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017. p. 335.

DJONGA. **Olho de Tigre**. Belo Horizonte: CEIA Ent., 2017.

DJONGA. **O mundo é nosso**. Belo Horizonte: CEIA Ent., 2017.

DJONGA. **Junho de 94**. Belo Horizonte: CEIA Ent., 2018.

DJONGA. **Hat-trick**. Belo Horizonte: CEIA Ent., 2019.

FERREIRA, R. L.; SOUSA, F. S. E se fosse ao contrário? Djonga e Fanon: um diálogo sobre racismo e alienação. **Revista Eletrônica Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 10, n. 19, ago./dez. 2020.

MONTEMEZZO, L. F. **Um galho na árvore da música negra: movimento hip hop e rap no ensino de história e nas relações étnico-raciais da educação básica**. 2018. Dissertação (Mestrado em ensino de História) – Programa de pós graduação em ensino de história, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

OBSERVADH – OBSERVATÓRIO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Pessoas privadas de liberdade**. Brasília, DF: ObservaDH, 2025.

OLIVEIRA, D. Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: **Editora Dandara**, 2021.

PETRECA, Felipe Augusto. **“Tudo era inferno, eu fiz inversão”: o que Emicida fez do que tentaram fazer dele**. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2023.

PINSKY, J. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.